

# Liderança Capitalização S.A.

**Demonstrações financeiras  
intermediárias em 30 de junho  
de 2018**

# Conteúdo

<b>Relatório da Administração</b>	<b>3</b>
<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias</b>	<b>6</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações de resultados</b>	<b>10</b>
<b>Demonstrações do resultado abrangente</b>	<b>11</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>12</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto</b>	<b>13</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias</b>	<b>14</b>

## Relatório da Administração

Senhores Acionistas:

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações financeiras intermediárias da Liderança Capitalização S.A. (“Empresa”) relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2018, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias.

A Empresa encerrou o primeiro semestre de 2018 com ativos totais no montante de R\$ 959.941 mil (R\$ 972.148 mil em 31 de dezembro de 2017), receita bruta de R\$ 208.879 mil (R\$ 223.421 mil em 30 de junho de 2017) e lucro líquido de R\$ 8.908 mil (R\$ 18.297 mil em 30 de junho de 2017).

### Operações de Capitalização

Estabelecendo novas parcerias comerciais para a distribuição do produto, a Empresa vem dinamizando e criando novas formas de abordagem ao consumidor, propiciando aos titulares, maiores atrativos, fazendo com que o produto seja cada vez mais aceito em todos os níveis sociais, face à simplicidade do investimento, o qual não apresenta ao seu titular qualquer risco quanto à sua liquidez.

### Investimentos

A Empresa adota uma política de investimentos conservadora, privilegiando a liquidez e a qualidade dos ativos. Utiliza modelos estatísticos para avaliação de risco que visam monitorar e identificar possíveis desvios da política e eventual ruptura dos principais indicadores financeiros que possam comprometer a gestão dos ativos.

Tal conservadorismo permite que os valores comprometidos das reservas tenham recursos suficientes para honrar os compromissos em qualquer tempo, com margem de segurança, o que demonstra capacidade financeira para a Empresa manter até o vencimento as aplicações financeiras classificadas nesta categoria, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 517/15 e suas alterações.

Os direitos dos clientes, representados pelas provisões técnicas, estão devidamente garantidas por aplicações financeiras, conforme quadro demonstrativo a seguir, em milhares de Reais:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>1 - Provisões técnicas</b>	<b><u>613.199</u></b>	<b><u>628.976</u></b>
2 - Aplicações financeiras vinculadas à cobertura de reservas	<u>668.968</u>	<u>668.911</u>
<b>3 - Excesso de cobertura (2-1)</b>	<b><u>55.769</u></b>	<b><u>39.935</u></b>
4 - Aplicações financeiras livres	<u>8.673</u>	<u>8.628</u>
<b>5 - Aplicações financeiras totais (2+4)</b>	<b><u>677.641</u></b>	<b><u>677.539</u></b>

### **Distribuição de Lucros e Dividendos**

De acordo com o estatuto social, é assegurado aos acionistas, dividendo mínimo de 5% do lucro líquido apurado, após a dedução do prejuízo acumulado, se houver. O saldo dos lucros ficará à disposição da Assembleia Geral, para posterior destinação, respeitadas as normas legais aplicáveis.

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2018, foram disponibilizados, aos acionistas, o montante de R\$ 4.229 mil de dividendos de exercícios anteriores.

### **Perspectivas e Planos da Administração**

A Empresa acredita que não há gestão eficaz sem o compromisso com a ética em seus relacionamentos.

A visão de gestão de riscos e de gestão de ativos e passivos como funções de controle pode revelar cada vez mais a capacidade da Empresa adicionar valor ao seu negócio, através do desenvolvimento de um processo cuidadoso e amplo de planejamento estratégico e tático associado ao seu processo de decisão.

A ação interna de vendas “Lotérica Premiada”, voltada aos lotéricos e atendentes, foi uma campanha de incentivo que visou estreitar o relacionamento com os pontos de venda para estimular o oferecimento de nosso produto aos clientes, bem como propiciar maior aproximação com nossos operadores logísticos, o que trouxe resultados favoráveis. Também foram destinados investimentos à extensão de promoções, como o “Cadastro Premiado”, que além de aumentar nossa base de cadastro, estimula o cliente com prêmios atrativos como carros, televisores e *smartphones*, e que terá continuidade até o final deste exercício.

Para intensificar mais as estratégias 360º, estamos trabalhando em projetos de tecnologia, para desenvolvimento de um aplicativo e ferramentas de CRM que potencializem a relação e fidelização de nossos clientes.

Acompanhando as tendências de mercado e dando continuidade às estratégias digitais, os esforços por meio das redes sociais foram mantidos, porém agregando maior ativação em ações de *posts* e *dark posts* patrocinados, buscando interação e renovação do público. Além disso, novos investimentos foram feitos em ferramentas digitais, como *Youtube*, com vídeos em formato de mídia, e *Google*, com *banners* e *displays* de *remarketing*. Contudo, apesar da preocupação no rejuvenescimento do público, procuramos também aperfeiçoar os canais, aprimorando a explicação do produto através de conteúdo mais didático e com atendimento em formato SAC 2.0 no *Facebook*, zelando sempre em dirimir dúvidas e disseminar a marca e o produto.

Além de tudo isso, estamos trabalhando intensamente na estruturação da marca, produto e comunicação para nos adequarmos ao Marco Regulatório, instituído pela Circular SUSEP nº 569 de 2 de maio de 2018.

### **Outras Informações**

Em conformidade com o disposto na Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015 e suas alterações, a Empresa, declara que não houve nenhum acordo de acionistas, havendo alteração da composição acionária, sem mudança do controle acionário direto ou indireto.



**Liderança Capitalização S/A**  
Rua Jaceguai, 400  
01315-901 – Bela Vista – São Paulo – SP  
Tel. (11) 3188-9710  
[www.telesena.com.br](http://www.telesena.com.br)

### **Agradecimentos**

Registramos nossos agradecimentos a todos que contribuíram para o sucesso da Empresa, com destaque para nossos clientes, operadores logísticos, fornecedores, prestadores de serviços, funcionários e demais empresas do Grupo Silvio Santos.

São Paulo, 24 de agosto de 2018.

### **A Administração**



KPMG Auditores Independentes  
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A  
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil  
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501  
www.kpmg.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias**

Aos  
Administradores e aos Acionistas da  
**Liderança Capitalização S.A.**  
São Paulo - SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Liderança Capitalização S.A. ("Empresa") que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Liderança Capitalização S.A. em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias". Somos independentes em relação à Empresa de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório do auditor**

A Administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.



Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras intermediárias**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de agosto de 2018.

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP014428/O-6

Alberto Spilborghs Neto  
Contador CRC 1SP167455/O-0



Liderança Capitalização S.A.

Balancos patrimoniais

Em 30 de junho de 2018 e 31 dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2018	2017
<b>Circulante</b>		<b>719.898</b>	<b>736.727</b>
Disponível		376	1.549
Caixa e bancos	4	376	1.549
Equivalente de caixa		-	118
Aplicações	5	677.641	677.539
<b>Créditos das operações de capitalização</b>		<b>30.885</b>	<b>43.897</b>
Créditos das operações de capitalização	6	30.885	43.897
<b>Títulos e créditos a receber</b>		<b>6.751</b>	<b>10.872</b>
Títulos e créditos a receber	7	4.414	9.368
Créditos tributários e previdenciários	8	761	670
Outros créditos	9	1.576	834
<b>Outros valores e bens</b>		<b>5</b>	<b>-</b>
Outros valores		5	-
<b>Despesas antecipadas</b>	10	<b>4.240</b>	<b>2.752</b>
<b>Ativo não circulante</b>		<b>240.043</b>	<b>235.421</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>159.476</b>	<b>155.002</b>
<b>Títulos e créditos a receber</b>		<b>65.310</b>	<b>67.594</b>
Créditos tributários e previdenciários	8	44.429	47.127
Depósitos judiciais e fiscais	17	20.881	20.467
<b>Outros valores e bens</b>	11	<b>94.166</b>	<b>87.408</b>
<b>Investimentos</b>	12	<b>71.590</b>	<b>71.590</b>
Participações societárias		3.033	3.033
Imóveis destinados à renda		68.557	68.557
<b>Imobilizado</b>	13	<b>8.107</b>	<b>7.883</b>
Imóveis de uso próprio		5.798	5.798
Bens móveis		1.570	1.369
Outras imobilizações		739	716
<b>Intangível</b>	13	<b>870</b>	<b>946</b>
Outros intangíveis		870	946
		<b>959.941</b>	<b>972.148</b>

Passivo	Nota	2018	2017
<b>Circulante</b>		<b>638.624</b>	<b>655.334</b>
<b>Contas a pagar</b>		<b>20.967</b>	<b>22.571</b>
Obrigações a pagar	14	13.698	15.714
Impostos e encargos sociais a recolher		1.798	2.733
Encargos trabalhistas		3.241	2.556
Impostos e contribuições		2.108	1.429
Outras contas a pagar		122	139
<b>Débitos de operações com capitalização</b>	15	<b>4.455</b>	<b>3.785</b>
Débitos operacionais		4.455	3.785
<b>Depósitos de terceiros</b>		<b>3</b>	<b>2</b>
<b>Provisões técnicas - Capitalização</b>	16	<b>613.199</b>	<b>628.976</b>
Provisão para resgates		561.876	574.027
Provisão para sorteio		31.189	31.221
Provisão administrativa		18.191	21.759
Provisão para complementação de sorteios		1.943	1.969
<b>Passivo não circulante</b>		<b>12.414</b>	<b>12.881</b>
<b>Contas a pagar</b>		<b>14</b>	<b>-</b>
Tributos diferidos		14	-
<b>Outros débitos</b>		<b>11.730</b>	<b>11.051</b>
Provisões judiciais	17	11.730	11.051
<b>Débitos diversos</b>		<b>670</b>	<b>1.830</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	18	<b>308.903</b>	<b>303.933</b>
Capital social		273.323	273.323
Reservas de capital		557	557
Reservas de lucros		26.097	30.326
Ajustes com títulos e valores mobiliários		18	(273)
Lucros acumulados		8.908	-
		<b>959.941</b>	<b>972.148</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

# Liderança Capitalização S.A.

## Demonstrações de resultados

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	2018	2017
<b>Receita líquida com títulos de capitalização</b>		<b>104.439</b>	<b>110.559</b>
Arrecadação com títulos de capitalização		208.879	223.421
Varição da provisão para resgate		(104.440)	(112.862)
<b>Varição das provisões técnicas</b>	19-a	<b>(2.178)</b>	<b>2.721</b>
<b>Resultado com sorteios</b>	19-b	<b>(9.778)</b>	<b>(17.126)</b>
<b>Custos de aquisição</b>	19-c	<b>(92.240)</b>	<b>(95.922)</b>
<b>Outras receitas e despesas operacionais</b>	19-d	<b>21.071</b>	<b>18.313</b>
Outras receitas operacionais		21.721	19.086
Outras despesas operacionais		(650)	(773)
<b>Despesas administrativas</b>		<b>(25.833)</b>	<b>(28.460)</b>
Pessoal próprio		(15.983)	(15.037)
Serviços de terceiros		(6.297)	(5.677)
Localização e funcionamento		(2.770)	(3.118)
Publicidade e propaganda		-	(936)
Publicações		(153)	(144)
Donativos e contribuições		(53)	(58)
Despesas administrativas diversas	19-e	(577)	(3.490)
<b>Despesas com tributos</b>	19-f	<b>(6.526)</b>	<b>(6.019)</b>
<b>Resultado financeiro</b>		<b>24.543</b>	<b>42.311</b>
Receitas financeiras	19-g	26.919	48.951
Despesas financeiras	19-h	(2.376)	(6.640)
<b>Resultado patrimonial</b>		<b>1.226</b>	<b>1.450</b>
Receitas com imóveis de renda		1.226	1.450
<b>Resultado operacional</b>		<b>14.724</b>	<b>27.827</b>
<b>Ganhos ou perdas com ativos não correntes</b>	19-i	<b>1.934</b>	<b>5.825</b>
<b>Resultado antes de impostos e participações</b>		<b>16.658</b>	<b>33.652</b>
<b>Imposto de renda</b>	20	<b>(4.276)</b>	<b>(8.765)</b>
<b>Contribuição social</b>	20	<b>(3.474)</b>	<b>(6.590)</b>
<b>Lucro líquido do semestre</b>		<b>8.908</b>	<b>18.297</b>
<b>Quantidade de ações</b>		<b>308.840</b>	<b>308.840</b>
<b>Lucro líquido por ação</b>		<b>28,85</b>	<b>59,24</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

# Liderança Capitalização S.A.

## Demonstrações do resultado abrangente

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Lucro líquido do semestre</b>		<b>8.908</b>	<b>18.297</b>
<b>Resultados abrangentes</b>		<b>291</b>	<b>(237)</b>
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda		529	(430)
Imposto de renda e contribuição social sobre os resultados abrangentes		(238)	193
<b>Resultado abrangente total</b>		<b><u>9.199</u></b>	<b><u>18.060</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

# Liderança Capitalização S.A.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Reservas				Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
	Capital social	De capital	Legal	De lucros a realizar			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>273.323</b>	<b>557</b>	<b>20.288</b>	<b>29.475</b>	<b>300</b>	<b>-</b>	<b>323.943</b>
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	(237)	-	(237)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	18.297	18.297
<b>Proposta para distribuição do resultado:</b>	-	-	-	<b>(20.000)</b>	-	-	<b>(20.000)</b>
Dividendos	-	-	-	(20.000)	-	-	(20.000)
<b>Saldos em 30 de junho de 2017</b>	<b>273.323</b>	<b>557</b>	<b>20.288</b>	<b>9.475</b>	<b>63</b>	<b>18.297</b>	<b>322.003</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>273.323</b>	<b>557</b>	<b>21.092</b>	<b>9.234</b>	<b>(273)</b>	<b>-</b>	<b>303.933</b>
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	291	-	291
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	8.908	8.908
<b>Proposta para distribuição do resultado:</b>	-	-	-	<b>(4.229)</b>	-	-	<b>(4.229)</b>
Dividendos	-	-	-	(4.229)	-	-	(4.229)
<b>Saldos em 30 de junho de 2018</b>	<b>273.323</b>	<b>557</b>	<b>21.092</b>	<b>5.005</b>	<b>18</b>	<b>8.908</b>	<b>308.903</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

# Liderança Capitalização S.A.

## Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em Reais)

Atividades operacionais	2018	2017
Lucro líquido do semestre	8.908	18.297
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	453	419
Perdas (reversão de perdas) por redução ao valor recuperável dos ativos	97	1
Perda (ganho) na alienação de imobilizado e intangível	2	(12)
Variação das provisões técnicas	116.347	127.194
Outros ajustes	291	(237)
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>126.098</b>	<b>145.662</b>
Variação das contas patrimoniais		
Ativos financeiros		
I - Valor justo por meio do resultado	(1.877)	(3.147)
II - Disponíveis para venda	1.775	(28.049)
III - Mantidos até o vencimento	-	53
Créditos das operações de capitalização	12.915	879
Créditos fiscais e previdenciários	2.607	12.306
Depósitos judiciais e fiscais	(414)	(383)
Despesas antecipadas	(1.488)	338
Outros ativos	(2.551)	13.692
Fornecedores	692	3.176
Impostos e contribuições	4.101	4.184
Outras contas a pagar	(276)	(56)
Débitos de operações com capitalização	670	(159)
Depósitos de terceiros	1	(7)
Provisões técnicas - capitalização	(132.124)	(122.010)
Provisões judiciais	679	(2.367)
Outros passivos	(1.160)	(48)
<b>Caixa gerado nas operações</b>	<b>9.648</b>	<b>24.064</b>
Impostos sobre lucros pagos	(4.357)	(2.639)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>5.291</b>	<b>21.425</b>
<b>Atividades de investimento</b>		
Recebimento pela venda de ativo permanente:		
Investimentos	-	11
Imobilizado	7	1
Pagamento pela compra de ativo permanente:		
Imobilizado	(464)	(120)
Intangível	(146)	(133)
<b>Caixa líquido (consumido) nas atividades de investimento</b>	<b>(603)</b>	<b>(241)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>		
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	(5.979)	(20.000)
<b>Caixa líquido (consumido) nas atividades de financiamento</b>	<b>(5.979)</b>	<b>(20.000)</b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(1.291)</b>	<b>1.184</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do período</b>	<b>1.667</b>	<b>145</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do período</b>	<b>376</b>	<b>1.329</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais)

### 1 Contexto operacional

A Liderança Capitalização S.A. (“Empresa”), autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e situada na Rua Jaceguai nº 400, São Paulo-SP, opera na colocação de títulos de capitalização denominados “Tele Sena”. Para a colocação desses títulos é utilizada uma rede de operadores logísticos em todo o Brasil, que também atuam como postos para o resgate dos títulos. Os títulos são estruturados em séries, com prazo de vigência de 12 meses, na modalidade Popular e forma de custeio do tipo Pagamento Único (PU) com capitalização de 50%. Os títulos são emitidos de acordo com as normas da Circular SUSEP nº 365, de 27 de maio de 2008 e alterações posteriores, e segundo as condições gerais e notas técnicas atuariais. Esses títulos têm prazo de prescrição de até cinco anos, conforme previsto no Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002).

A Empresa foi constituída sob a natureza jurídica de Sociedade Anônima de capital fechado, tendo seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo. O controlador em última instância é o Sr. Senhor Abravanel.

#### Composição acionária

Acionista	Silvio Santos Participações S.A.		Liderança Capitalização S.A.	
	Quantidade de ações	%	Quantidade de ações	%
Silvio Santos Participações S.A.	-	-	308.839	99,9997%
Senor Abravanel	4.941.551.662	97,9798%	-	-
Henrique Abravanel	101.887.137	2,0202%	1	0,0003%
<b>Total</b>	<b>5.043.438.799</b>	<b>100,00%</b>	<b>308.840</b>	<b>100,00%</b>

### 2 Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas com a observância das práticas contábeis aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis quando referendados pela SUSEP.

Na elaboração das presentes demonstrações financeiras intermediárias, foi observado o modelo de publicação contido na Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015 e suas alterações e os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária.

A autorização para a conclusão das demonstrações financeiras intermediárias pela Diretoria foi realizada em 24 de agosto de 2018.

**a. Base para mensuração**

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos seguintes itens contemplados nos balanços patrimoniais:

- Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo;
- Outros valores e bens mensurados a valor presente.

**b. Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Empresa. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de reais (R\$(000)) e arredondadas para o milhar mais próximo.

**c. Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias, a Administração utilizou de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) as informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias; (ii) As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material no próximo período contábil.

- Nota 5 - Aplicações financeiras
- Nota 6-a - Créditos das operações de capitalização
- Nota 8 - Créditos tributários
- Nota 11 - Outros valores e bens
- Nota 16 - Provisões técnicas
- Nota 17 - Provisões judiciais

### **3 Principais práticas contábeis adotadas**

#### **a. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em caixa, depósitos bancários à vista em moeda nacional e outros ativos financeiros sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

#### **b. Apuração de resultado**

As receitas e despesas foram reconhecidas pelo regime de competência.

As receitas líquidas com títulos de capitalização, assim como os respectivos custos de comercialização e provisões técnicas, conforme Circular SUSEP nº 517/15 e suas alterações, são integralmente registradas no mês de emissão dos títulos com base em estimativa que consideram parâmetros históricos para cada campanha de venda. Após o término das campanhas são efetuados os ajustes e conseqüentemente refletidas as vendas e despesas efetivas.

#### **c. Ativos financeiros**

Os ativos financeiros são classificados segundo a intenção da Administração nas seguintes categorias: valor justo por meio do resultado; disponíveis para venda; mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis.

- **Valor justo por meio de resultado** - Uma aplicação é classificada pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado e a Empresa gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos.
- **Disponíveis para venda** - Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos e não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Esses ativos financeiros são registrados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.
- **Mantidos até o vencimento** - Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são registrados pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.
- **Empréstimos e recebíveis** - São ativos financeiros com pagamentos determináveis, que não são cotados em mercados ativos e compreendem os "Créditos das operações com capitalização", decrescidos de qualquer perda no valor recuperável.



**Redução ao valor recuperável (Ativo financeiro)**

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir ou não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. A redução ao valor recuperável nos ativos financeiros disponíveis para venda é reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, sendo reclassificada para o resultado quando da efetiva venda dos ativos.

**Valor justo**

Os títulos classificados como “valor justo por meio do resultado” e “disponíveis para venda” são ajustados ao seu valor justo (mercado). As operações compromissadas são registradas pelo valor efetivamente investido e atualizadas diariamente pelo rendimento auferido com base na taxa de remuneração, e por se tratar de operações de curto prazo, o custo atualizado está próximo ao valor de mercado.

As quotas de fundos de investimento são valorizadas pelo valor da quota informado pelos administradores dos fundos na data de encerramento do balanço. Os ativos dos fundos de investimento são ajustados ao valor justo, em consonância com a regulamentação específica aplicável a essas entidades.

**d. Créditos das operações de capitalização**

Registram o valor dos títulos de capitalização a receber, em poder dos operadores logísticos durante o seu período de comercialização.

No que se refere à redução ao valor recuperável de créditos com títulos de capitalização, a provisão é apurada considerando o critério definido na Circular SUSEP nº 517/15 e suas alterações, que consiste no provisionamento de títulos vencidos acima de 60 dias.

**e. Despesas antecipadas**

Compreende, principalmente, custos e despesas incorridos e necessários à colocação de títulos relativos às campanhas futuras, cuja comercialização ainda não iniciou até a data de fechamento do balanço.

**f. Outros valores e bens**

Demonstrados ao valor de custo acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, até a data de balanço, em base pro rata dia. Quando aplicável, o valor a receber originado da venda de investimentos está apresentado a valor presente (vide Nota Explicativa nº 21-e).

**g. Investimentos**

**Investimentos em controladas e coligadas**

Os ajustes dos investimentos em sociedades controladas e coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em receitas e despesas com ajustes de investimentos em controladas e coligadas.

**Imóveis destinados à renda**

Correspondem substancialmente ao imóvel recebido da Silvio Santos Participações S.A., em dação em pagamento parcial da dívida, conforme Nota Explicativa nº 21-e, no montante de R\$ 68.030 mensurado pelo seu valor de custo. A descrição da operação e características detalhadas do imóvel constam na Nota Explicativa nº 12.

**h. Imobilizado**

Mensurado ao custo histórico menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item.

Reparos e manutenções são contabilizados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

O imobilizado é depreciado usando o método linear conforme se segue:

Bens móveis	5 a 10 anos
Outras imobilizações	25 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, no final de cada semestre.

Imóveis de uso próprio compreende, principalmente, o edifício sede da Empresa. O valor justo dos imóveis, apurado com base em avaliação realizada por empresa especializada, encontra-se superior ao valor contábil e, como consequência e, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado foi cessado o registro da depreciação.

**i. Passivo circulante e não circulante**

Mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço. Obrigações a pagar decorrem do curso normal das atividades da Empresa, sendo classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário é registrado no passivo não circulante.

**j. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do semestre corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 120 (no semestre) para imposto de renda e 20% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A Empresa optou, no semestre findo em 30 de junho de 2018, pelo regime de tributação pelo lucro real anual. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável, às taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras intermediárias e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertam, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras intermediárias. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados para apresentação no balanço patrimonial caso haja um direito legal de compensar, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a entidade sujeita à tributação.

**k. Provisões judiciais**

As contingências ativas e provisões judiciais são avaliadas pela Administração em conjunto com as assessorias jurídicas interna e externa. As contingências ativas somente são reconhecidas quando a sua realização é considerada líquida e certa, já as provisões judiciais são registradas quando a probabilidade de desembolso de caixa é avaliada como sendo provável e se possam mensurar com razoável segurança.

**l. Provisões técnicas**

São constituídas de acordo com as normas e instruções do CNSP e da SUSEP, a seguir descritas:

- **Provisão matemática para capitalização (PMC)** - Refere-se aos compromissos decorrentes de pagamento único, representado, em conformidade com as condições gerais dos respectivos títulos, por 50% do valor de aquisição de títulos de

capitalização “Tele Sena”, atualizados pela Taxa de Remuneração Básica aplicada às cadernetas de poupança (TR), acrescida de juros equivalente a 0,08% ao mês, com prazo de vencimento de um ano.

A Empresa adotou a faculdade prevista no Inciso I do Art. 4º da Circular SUSEP nº 459/12 e alterações posteriores, preservando assim a taxa de juros aplicada aos títulos comercializados até a data da publicação da referida Circular equivalentes a 20% dos juros aplicados às cadernetas de poupança.

- **Provisão para sorteios a realizar (PSR)** - Refere-se à provisão para prêmios de sorteios a realizar, discriminados nos títulos de capitalização “Tele Sena” e nos Planos de Incentivo, e definidos segundo nota técnica atuarial de valores variáveis a cada evento.
- **Provisão complementar de sorteios (PCS)** - Refere-se à provisão para complementação da Provisão para sorteios a realizar (PSR), sendo utilizada para cobrir eventuais insuficiências relacionadas ao valor esperado dos sorteios a realizar.
- **Provisão para resgate (PR)** - Refere-se aos compromissos decorrentes de títulos de capitalização, depois de transcorrido o prazo de vencimento, e ainda não resgatados, atualizados pela Taxa de Remuneração Básica aplicada às cadernetas de poupança (TR).
- **Provisão para sorteios a pagar (PSP)** - Refere-se aos compromissos decorrentes de prêmios por sorteios já realizados.
- **Provisão para despesas administrativas (PDA)** - Refere-se aos compromissos necessários para cobrir despesas administrativas dos títulos de capitalização “Tele Sena” e dos Planos de Incentivo, definido segundo metodologia descrita em nota técnica atuarial, classificado como “provisões administrativas”.

#### 4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa	94	94
Bancos	282	1.455
Contratos de opção - Ouro (*)	-	118
	<u><b>376</b></u>	<u><b>1.667</b></u>

(\*) Contratos de opção de ouro são negociados para pagamento de prêmios de sorteios promocionais e são liquidados em curtíssimo prazo. Este ativo financeiro é reconhecido ao valor justo por meio do resultado, tomando-se por base a cotação do grama de ouro na BM&FBovespa.

## 5 Aplicações financeiras

	2018						2017			
	Custo atualizado	Sem vencimento	1 a 90 dias	91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Ajuste a valor de mercado	Valor contábil	% da carteira	Valor contábil	% da carteira
<b>I - Valor justo por meio do resultado</b>	<b>63.302</b>	<b>63.302</b>	-	-	-	-	<b>63.302</b>	<b>9,34%</b>	<b>61.425</b>	<b>9,07%</b>
Fundos de renda fixa abertos	63.302	63.302	-	-	-	-	63.302		61.425	
<b>II - Disponíveis para venda</b>	<b>614.463</b>	<b>(93)</b>	<b>386.893</b>	<b>147</b>	<b>227.423</b>	<b>(31)</b>	<b>614.339</b>	<b>90,66%</b>	<b>616.114</b>	<b>90,93%</b>
<b>Fundos exclusivos de títulos públicos</b>	<b>614.463</b>	<b>(93)</b>	<b>386.893</b>	<b>147</b>	<b>227.423</b>	<b>(31)</b>	<b>614.339</b>		<b>616.114</b>	
LFT - Letras financeiras do tesouro	222.743	-	-	-	222.743	(59)	222.684		255.305	
LTN - Letras do tesouro nacional	3.334	-	-	-	3.334	138	3.472		5.967	
NTN - Notas do tesouro nacional	1.346	-	-	-	1.346	34	1.380		1.769	
Operações compromissadas (*)	386.893	-	386.893	-	-	-	386.893		353.156	
OPD-IDI - Opções de compra e venda de DI	147	-	-	147	-	(144)	3		-	
Caixa e despesas dos fundos exclusivos	-	(93)	-	-	-	-	(93)		(83)	
<b>Total</b>	<b>677.765</b>	<b>63.209</b>	<b>386.893</b>	<b>147</b>	<b>227.423</b>	<b>(31)</b>	<b>677.641</b>	<b>100,00%</b>	<b>677.539</b>	<b>100,00%</b>

(\*) As operações compromissadas são lastreadas por títulos públicos, as quais estão custodiadas por meio de instituições financeiras.

### Alocação por Administrador/Instituição Financeira

	2018	2017
<b>Fundos de renda fixa abertos</b>		
Caixa Econômica Federal	63.302	61.425
	<b>63.302</b>	<b>61.425</b>
<b>Fundos exclusivos de títulos públicos</b>		
Caixa Econômica Federal	225.432	218.715
Banco Bradesco S.A.	212.693	248.919
Banco do Brasil S.A.	176.214	148.480
	<b>614.339</b>	<b>616.114</b>

**Movimentação das aplicações financeiras nos semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017**

	Saldos				Ajuste a	Saldos em
	em 2017	Aplicações	Resgates	Rendimentos	valor justo	
Fundos de renda fixa abertos	61.425	-	-	1.877	-	63.302
Fundos exclusivos de títulos públicos	616.114	55.485	(75.665)	17.876	529	614.339
<b>Total</b>	<b>677.539</b>	<b>55.485</b>	<b>(75.665)</b>	<b>19.753</b>	<b>529</b>	<b>677.641</b>

	Saldos				Ajuste a	Saldos em
	em 2016	Aplicações	Resgates	Rendimentos	valor justo	
Fundos de renda fixa abertos	56.943	-	-	3.147	-	60.090
Fundos exclusivos de títulos públicos	574.497	114.940	(118.178)	32.798	(430)	603.627
CDB - Certificados de depósitos bancários	11.324	20.032	(21.719)	553	-	10.190
<b>Total</b>	<b>642.764</b>	<b>134.972</b>	<b>(139.897)</b>	<b>36.498</b>	<b>(430)</b>	<b>673.907</b>

**Rentabilidade da carteira**

Em 30 de junho de 2018, o rendimento auferido com os ativos financeiros que compõem a carteira de investimentos totalizou R\$ 19.753 e R\$ 529 de ajuste a valor de mercado, (R\$ 36.498 e R\$ 430 de ajuste a valor de mercado negativo em 2017). Essa rentabilidade representa 96,13% (99,50% em 2017) do CDI que foi de 3,17%, acumulado no semestre findo em 30 de junho de 2018 (5,64% em 2017).

**Instrumentos financeiros - Derivativos**

A Empresa participa de operações envolvendo instrumentos derivativos, por meio dos fundos exclusivos, destinados à proteção dos riscos a que estão expostos os investimentos, conforme determina a Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015. A administração destes riscos é efetuada por meio de estratégias de operação, estabelecimento de sistemas de controles e determinação de limites das posições.

Os principais instrumentos derivativos utilizados são contratos futuros de juros, negociados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. Em 30 de junho de 2018, a Empresa possuía operações de futuro com o objetivo de troca de rentabilidade de operações prefixadas para remuneração pela variação dos depósitos interfinanceiros (DI). As diferenças de taxas são liquidadas diariamente.

Contrato	Posição	Vencimento	Quantidade	Ajuste a	
				Valor de mercado	receber/ (pagar)
Futuro - DI1 F19	Comprada	02/01/2019	45	4.353	-
Futuro - DI1 N19	Vendida	01/07/2019	(35)	(3.255)	(1)
Futuro - DI1 F20	Comprada	02/01/2020	69	6.117	1
Futuro - DI1 F21	Comprada	04/01/2021	43	3.441	4
Futuro - DI1 F22	Vendida	03/01/2022	(45)	(3.205)	(7)
Futuro - DI1 F23	Comprada	01/01/2023	26	1.640	6

### Hierarquia do valor justo dos ativos financeiros

A Empresa classifica as aplicações financeiras em três níveis de hierarquia na determinação do valor justo:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** - *Inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3** - *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Ativo financeiro	2018			2017		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Valor justo por meio do resultado	-	63.302	63.302	-	61.425	61.425
Disponíveis para venda	614.339	-	614.339	616.114	-	616.114
<b>Total</b>	<b>614.339</b>	<b>63.302</b>	<b>677.641</b>	<b>616.114</b>	<b>61.425</b>	<b>677.539</b>

### Aplicações financeiras - Cobertura de reservas

As aplicações financeiras e os ativos utilizados para cobertura das reservas técnicas em 30 de junho de 2018 e 2017 estão representados pelo quadro abaixo:

	2018	2017
<b>Ativos garantidores vinculados à cobertura de reservas</b>		
Quotas de fundos de investimentos	668.968	668.911
<b>Total vinculado</b>	<b>668.968</b>	<b>668.911</b>
<b>Aplicações financeiras livres</b>		
Quotas de fundos de investimentos	8.673	8.628
<b>Total de aplicações livres</b>	<b>8.673</b>	<b>8.628</b>
<b>Total</b>	<b>677.641</b>	<b>677.539</b>
Provisões técnicas (Nota 16)	613.199	628.976
<b>Aplicações financeiras - Recursos livres</b>	<b>64.442</b>	<b>48.563</b>
Excesso de cobertura	55.769	39.935
Aplicações financeiras livres	8.673	8.628

## 6 Créditos das operações de capitalização

### a. Créditos a receber de operadores logísticos por vencimento

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>A vencer</b>		
De 1 a 60 dias	28.223	33.609
<b>Vencidos</b>		
De 1 a 60 dias	1.128	1.457
Acima de 60 dias	130	33
(-) Provisão para perdas	(130)	(33)
	<u><b>29.351</b></u>	<u><b>35.066</b></u>
<b>Valores em trânsito</b>		
Tele Senas em trânsito	755	8.527
Prêmios - pagamentos em trânsito	260	77
Resgates a confirmar	519	227
	<u><b>1.534</b></u>	<u><b>8.831</b></u>
	<u><b>30.885</b></u>	<u><b>43.897</b></u>

### b. Movimentação da conta de títulos de capitalização a receber

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Saldos no início do semestre</b>	<u><b>43.897</b></u>	<u><b>33.794</b></u>
Arrecadação com títulos de capitalização	208.879	223.421
Brindes e furtos	(98)	(184)
Eventos diversos	(1.371)	(227)
Recebimentos	(220.292)	(223.839)
Provisão para perdas	(130)	(51)
<b>Saldos no final do semestre</b>	<u><b>30.885</b></u>	<u><b>32.914</b></u>

## 7 Títulos e créditos a receber

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Créditos de capitalização a receber	7.552	7.296
Antecipações de resgates	3.943	9.108
Provisão para riscos de créditos a receber (*)	(7.281)	(7.281)
Aluguéis a receber	198	245
Outras	2	-
	<u><b>4.414</b></u>	<u><b>9.368</b></u>

(\*) Refere-se a valores não repassados à Empresa por operadores logísticos os quais estão sendo cobrados judicialmente.



## 8 Créditos tributários

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte composição:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Circulante:		
Créditos de imposto de renda a compensar	416	402
Créditos de contribuição social a compensar	279	268
Outros	66	-
	<u><b>761</b></u>	<u><b>670</b></u>
Não circulante:		
Créditos tributários sobre diferenças temporárias (a)		
Imposto de renda	4.733	4.987
Contribuição social	2.976	3.193
	<u><b>7.709</b></u>	<u><b>8.180</b></u>
Créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social (b)		
Imposto de renda	23.465	24.702
Contribuição social	13.255	14.245
	<u><b>36.720</b></u>	<u><b>38.947</b></u>
	<u><b>44.429</b></u>	<u><b>47.127</b></u>

### a. Créditos tributários sobre diferenças temporárias

Os créditos tributários decorrem, substancialmente, das provisões judiciais (Nota 17) e do ajuste a valor presente dos valores a receber da alienação dos investimentos (Nota 21-e). O prazo de realização dos créditos oriundos de provisões judiciais está condicionado ao desfecho das ações em andamento.

	<u>2018</u>			<u>2017</u>		
	Base do crédito tributário	Imposto de renda	Contribuição social	Base do crédito tributário	Imposto de renda	Contribuição social
<b>Diferenças temporárias</b>						
PIS	8.163	2.041	1.224	6.621	1.655	993
Processos cíveis	2.925	731	439	2.909	727	437
Processos trabalhistas	642	161	113	1.152	288	202
AVP - Ajuste a valor presente	7.200	1.800	1.200	8.767	2.193	1.461
Marcação a mercado - Títulos disponíveis para venda	-	-	-	498	124	100
	<u><b>18.930</b></u>	<u><b>4.733</b></u>	<u><b>2.976</b></u>	<u><b>19.947</b></u>	<u><b>4.987</b></u>	<u><b>3.193</b></u>

A projeção de prazo para realização dos créditos tributários oriundos de diferenças temporárias está representada, conforme quadro a seguir:

Período	Créditos tributários			%
	Base dos créditos tributários	Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida	
2018	2.733	683	546	14,44%
2019	2.424	606	364	12,81%
2020	2.440	610	366	12,89%
2022	10.382	2.596	1.557	54,84%
2027	951	238	143	5,02%
<b>Total</b>	<b>18.930</b>	<b>4.733</b>	<b>2.976</b>	<b>100,00%</b>

**b. Créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social**

A Empresa possui saldo de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, no montante de R\$ 93.860 (R\$ 140.809 em 30 de junho de 2017) e constituiu crédito tributário no valor de R\$ 36.720 (R\$ 57.848 em 30 de junho de 2017).

	2018			2017		
	Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	Créditos tributários Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida	Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	Créditos tributários Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida
<b>Saldos no início do semestre</b>	<b>98.810</b>	<b>24.702</b>	<b>14.245</b>	<b>146.793</b>	<b>36.699</b>	<b>23.841</b>
Compensação (Nota 20)	(4.950)	(1.237)	(990)	(5.984)	(1.496)	(1.196)
<b>Saldos no final do semestre</b>	<b>93.860</b>	<b>23.465</b>	<b>13.255</b>	<b>140.809</b>	<b>35.203</b>	<b>22.645</b>

A constituição de créditos tributários está fundamentada em estudo técnico que leva em consideração, principalmente, o histórico de rentabilidade e projeções orçamentárias que apontam para a geração de lucros tributáveis suficientes para a compensação dos prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social para os próximos semestres.

A projeção de prazo para realização dos créditos tributários oriundos de prejuízo fiscal e base negativa está representada, conforme quadro a seguir:

<b>Projetado</b>				
<b>Período</b>	<b>Prejuízo fiscal e base negativa da</b>	<b>Imposto de</b>	<b>Contribuição social</b>	<b>%</b>
	<b>CSLL</b>	<b>renda diferido</b>	<b>diferida</b>	
2017	6.915	1.729	1.383	7,37%
2018	13.458	3.364	2.019	14,34%
2019	12.737	3.184	1.911	13,57%
2020	14.459	3.615	2.169	15,40%
2021	14.389	3.597	2.158	15,33%
2022	18.363	4.591	2.754	19,56%
2023	13.539	3.385	861	14,43%
<b>Total</b>	<b>93.860</b>	<b>23.465</b>	<b>13.255</b>	<b>100,00%</b>

Os valores de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social compensados até o semestre findo em 30 de junho de 2018 totalizaram R\$ 74.768 (R\$ 69.618 até 31 de dezembro de 2017). Comparados aos valores projetados, representam seus respectivos 159,71% (164,02% até 31 de dezembro de 2017) conforme apresentado abaixo:

<b>Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social</b>			
<b>Período</b>	<b>Projetado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
2015	12.023	14.546	120,98%
2016	15.899	7.289	45,85%
2017	14.646	47.983	327,62%
2018	4.247	4.950	116,55%
<b>Total</b>	<b>46.815</b>	<b>74.768</b>	<b>159,71%</b>

## 9 Outros créditos

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Adiantamentos a funcionários	845	357
Adiantamentos a fornecedores	1	131
Outros adiantamentos	730	346
	<b>1.576</b>	<b>834</b>

## 10 Despesas antecipadas

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Prestação de serviços a apropriar	2.019	1.665
Propaganda e publicidade a apropriar	1.988	1.040
Outras	233	47
	<u><b>4.240</b></u>	<u><b>2.752</b></u>

## 11 Outros valores e bens

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Alienação de investimentos Banco Panamericano S.A. (Nota 21-e)	94.166	87.408
	<u><b>94.166</b></u>	<u><b>87.408</b></u>

## 12 Investimentos

	RBV Residencial Bela Vista Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Imóveis urbanos destinados a renda.	Total 2018	Total 2017
Total de ativos	36.608			
Total de passivos	15.101			
Capital social	25.030			
Patrimônio líquido	21.507			
Número de quotas possuídas	3.530.220			
Participação societária	14,10%			
<b>Saldo dos investimentos no final do semestre</b>	<u><b>3.033</b></u>	<u><b>68.557</b></u>	<u><b>71.590</b></u>	<u><b>71.590</b></u>

Em 23 de outubro de 2013 a Empresa recebeu do acionista Silvio Santos Participações S.A., a título de dação em pagamento parcial de dívida descrita na Nota Explicativa 21-e, um imóvel avaliado em R\$ 68.030. Anualmente é efetuado teste de *impairment* por escritório especializado, utilizando o método evolutivo, não sendo apurada nenhuma perda no investimento.

Trata-se de um imóvel comercial, tipo galpão de uso geral médio, localizado no Município de Osasco - SP, próximo à Rodovia Anhanguera. O imóvel encontra-se parcialmente locado para a empresa ligada SS Comércio de Cosméticos e Produtos de Higiene Pessoal Ltda., com geração de receita de R\$ 1.003 no semestre findo em 30 de junho de 2018 (R\$ 1.021 em 2017).

Em linha com o CPC nº 28, encontra-se classificado para imóveis destinados à renda, o valor contábil correspondente a 4 salas do imóvel pertencente à Empresa, localizado na Av. Marechal Camara, 160 - RJ, destinadas à locação.

### 13 Imobilizado e intangível

					<u>Totais</u>	
	Imóveis		Outras		<u>2018</u>	<u>2017</u>
	de uso próprio	Bens móveis	imobilizações (a)	Intangível (b)		
<b>Saldo no início do semestre</b>						
Custo	17.924	7.309	1.061	2.265	28.559	28.050
(-) Depreciação acumulada	(12.126)	(5.940)	(345)	(1.319)	(19.730)	(18.903)
<b>Saldo contábil líquido</b>	<b>5.798</b>	<b>1.369</b>	<b>716</b>	<b>946</b>	<b>8.829</b>	<b>9.147</b>
Aquisições	-	273	191	146	610	253
Baixas/transferências	-	138	(147)	-	(9)	-
(-) Depreciação	-	(210)	(21)	(222)	(453)	(419)
<b>Saldo contábil líquido no final do semestre</b>	<b>5.798</b>	<b>1.570</b>	<b>739</b>	<b>870</b>	<b>8.977</b>	<b>8.981</b>
		10% a		20% a		
<b>Taxas anuais de depreciação</b>	<b>4%</b>	<b>20%</b>	<b>4%</b>	<b>33,33%</b>		

- (a) Os montantes registrados na rubrica "Outras imobilizações" referem-se a benfeitorias em imóveis de terceiros e outras imobilizações em curso.
- (b) Os montantes registrados na rubrica "Intangível" referem-se a marcas e patentes, linhas telefônicas, softwares, e outros intangíveis em andamento (projetos para desenvolvimento de sistemas para uso interno). As licenças de uso de softwares e os sistemas desenvolvidos para uso interno estão sendo amortizadas com vida útil estimada entre três e cinco anos. O intangível é registrado quando existe segurança na mensuração do custo e comprovado se irá gerar benefícios econômicos futuros para Empresa.

### 14 Obrigações a pagar

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fornecedores	10.896	10.214
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	2.500	4.250
Participação sobre resultados a pagar	199	1.157
Outras	103	93
	<b>13.698</b>	<b>15.714</b>

### 15 Débitos de operações com capitalização

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Comissões sobre venda de títulos	4.455	3.785
	<b>4.455</b>	<b>3.785</b>

## 16 Provisões técnicas

As movimentações das provisões técnicas nos semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017 foram:

	Provisão						2018	2017
	Matemática para capitalização	Para resgate	Para sorteios a realizar	Para complementação de sorteios	Para sorteios a pagar	Para despesas administrativas		
<b>Saldos no início do semestre</b>	<b>236.356</b>	<b>337.671</b>	<b>2.543</b>	<b>1.969</b>	<b>28.678</b>	<b>21.759</b>	<b>628.976</b>	<b>598.737</b>
Constituições	175.000	-	12.604	8.452	-	-	196.056	208.038
Reativações	-	-	-	-	-	-	-	811
Cancelamentos	(70.560)	-	(425)	-	(1.649)	-	(72.634)	(76.941)
Atualização monetária e juros	1.038	43	64	46	(29)	-	1.162	4.191
Pagamentos de resgates e sorteios	(8)	(95.595)	-	-	(14.918)	-	(110.521)	(107.460)
Prescrições	-	(22.085)	-	-	(694)	-	(22.779)	(18.695)
Reversões	-	16	(2)	(2.706)	(801)	(3.568)	(7.061)	(4.760)
Transferências	(113.408)	113.408	(11.968)	(5.818)	17.786	-	-	-
<b>Saldos no final do semestre</b>	<b>228.418</b>	<b>333.458</b>	<b>2.816</b>	<b>1.943</b>	<b>28.373</b>	<b>18.191</b>	<b>613.199</b>	<b>603.921</b>

## 17 Provisões judiciais

As provisões judiciais são constituídas para fazer face a eventuais perdas decorrentes dos referidos processos. A avaliação quanto à probabilidade de perda das ações é realizada pelos advogados que patrocinam as causas, levando em conta seu histórico de resultados, bem como as alterações das jurisprudências aplicáveis.

	Provisões judiciais				Depósitos judiciais					
	Saldos em 31/12/2017	Adições	Baixas	Atualização monetária	Saldos em 30/06/2018	Saldos em 31/12/2017	Adições	Baixas	Atualização monetária	Saldos em 30/06/2018
PIS (a)	6.990	198	-	975	8.163	-	-	-	-	-
COFINS (a)	-	-	-	-	-	8.640	-	-	125	8.765
Contribuição social (b)	-	-	-	-	-	11.618	-	-	214	11.832
Trabalhista (c)	1.152	268	(831)	53	642	104	60	-	9	173
Cíveis (d)	2.909	6	(30)	40	2.925	105	1	-	5	111
<b>Total</b>	<b>11.051</b>	<b>472</b>	<b>(861)</b>	<b>1.068</b>	<b>11.730</b>	<b>20.467</b>	<b>61</b>	<b>-</b>	<b>353</b>	<b>20.881</b>

  

	Provisões judiciais				Depósitos judiciais					
	Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Atualização monetária	Saldos em 30/06/2017	Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Atualização monetária	Saldos em 30/06/2017
PIS (a)	6.796	-	-	112	6.908	-	-	-	-	-
COFINS (a)	-	-	-	-	-	8.242	-	(68)	230	8.404
Contribuição social (b)	15.267	1.535	-	653	17.455	26.075	1.214	-	1.111	28.400
Trabalhista (c)	3.320	665	(2.888)	71	1.168	435	25	(393)	-	67
Cíveis (d)	9.198	132	(2.771)	124	6.683	1.867	18	(1.765)	11	131
<b>Total</b>	<b>34.581</b>	<b>2.332</b>	<b>(5.659)</b>	<b>960</b>	<b>32.214</b>	<b>36.619</b>	<b>1.257</b>	<b>(2.226)</b>	<b>1.352</b>	<b>37.002</b>

Classificação de risco das ações judiciais

Contingências	2018				2017			
	Provável	Possível	Remota	Total	Provável	Possível	Remota	Total
Fiscais (*)	-	8.163	-	8.163	-	24.363	-	24.363
Trabalhistas	642	24.884	-	25.526	1.168	22.834	-	24.002
Cíveis	2.925	2.439	1.845	7.209	6.683	2.130	2.241	11.054
<b>Total</b>	<b>3.567</b>	<b>35.486</b>	<b>1.845</b>	<b>40.898</b>	<b>7.851</b>	<b>49.327</b>	<b>2.241</b>	<b>59.419</b>

(\*) As discussões judiciais de natureza fiscal são provisionadas independentemente da perspectiva de êxito uma vez que são consideradas como obrigações fiscais.

**a. PIS**

A Empresa ingressou com Ação Ordinária com pedido de tutela antecipada, processo nº 98.0040015-0 (nº novo 0040015-93.1998.4.03.6100), com a finalidade de poder recolher as contribuições ao PIS - Programa de Integração Social com base nas Emendas Constitucionais nº 1/94 e nº 17/97, ou seja, com a alíquota de 0,75% incidente sobre a receita bruta operacional (faturamento), se ocorrer, afastando a incidência do disposto na Medida Provisória nº 517/94 e suas reedições. O feito encontra-se sobrestado desde 28 de junho de 2012, em face de repercussão geral, reconhecida pelo Ministro Luiz Fux, em 6 de fevereiro de 2012, no Recurso Extraordinário nº 609.096 e, deverá aguardar decisão do Supremo Tribunal Federal. Em face dessa circunstância e, tendo em vista que a tese continua favorável ao contribuinte, os assessores jurídicos classificam o risco como possível.

**b. Contribuição social**

A Empresa discutia a majoração da alíquota da contribuição social (Lei 11.727/2008). O processo tramitava na 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, com probabilidade “possível”, e a diferença entre a alíquota de 9% para 15% permanecia provisionada sob o conceito de obrigação legal. Com a promulgação da Lei nº 13.169/2015, a Empresa passou a discutir a majoração da alíquota da contribuição social para 20%. O mandado de segurança tramitava na 5ª Vara Cível da Subseção Judiciária de São Paulo/Capital sob nº 0017324-89.2015.403.6100, com probabilidade “possível”, e a diferença entre a alíquota de 9% para 20%, ou seja, 11% permanecia provisionada sob o conceito de obrigação legal.

Todavia, em recente revisão do procedimento, constatou-se que a tese em questão não tem encontrado respaldo perante o Egrégio Tribunal Regional Federal da 3ª Região e que também não foi acolhida pelos Tribunais Superiores, o que levou a Empresa a desistir do pleito, tanto em primeira, quanto em segunda instância, na data de 31 de agosto de 2017 (protocolo de 04 de setembro de 2017).

Os valores depositados, após a transferência para a Fazenda Nacional, serão levantados pela Empresa.

**c. Trabalhista**

Refere-se a reclamações trabalhistas movidas por ex-empregados que pretendem receber verbas oriundas do extinto contrato de trabalho. Os processos trabalhistas encontram-se provisionados na rubrica "Provisões judiciais" classificadas com a probabilidade provável, cujos processos são avaliados pela Administração que analisa os riscos envolvidos e as perdas históricas para constituição de provisão em montante considerado adequado para cobrir futuros desembolsos.

**d. Cíveis**

A Empresa possui registros de processos judiciais cíveis que se encontram em diversas instâncias, originadas, principalmente, por questionamentos quanto à premiação. A Empresa constituiu provisão para perdas em processos cíveis classificadas com a probabilidade provável, cujos processos são avaliados pela Administração que analisa os riscos envolvidos e as perdas históricas para constituição de provisão em montante considerado adequado para cobrir futuros desembolsos.

## **18 Patrimônio líquido**

**a. Capital social**

O Capital social totalmente subscrito e integralizado está representado por 308.840 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$ 885,00 cada ação, totalizando o montante de R\$ 273.323.

**b. Dividendos e remuneração sobre o capital próprio**

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 5% do lucro líquido anual após as deduções legais, conforme estabelecido no estatuto social.

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2018, foram disponibilizados e pagos, aos acionistas, o montante de R\$ 1.729 de dividendos de exercícios anteriores, homologado em reunião de Diretoria, realizada em 12 de março de 2018, bem como disponibilizado o montante de R\$ 2.500, homologado em reunião de Diretoria, realizada em 22 de junho de 2018, totalizando o montante de R\$ 4.229. A ratificação da distribuição destes dividendos será realizada em Assembleia Geral Ordinária no exercício em que as Demonstrações financeiras forem aprovadas.

No primeiro semestre de 2017, foram disponibilizados R\$ 20.000 a título de dividendos, que foram utilizados pelo acionista Silvio Santos Participações S.A. para amortização parcial de sua dívida, conforme descrito na Nota explicativa nº 21-e. Durante o exercício foram disponibilizados o montante bruto de R\$ 5.000 de juros sobre o capital próprio, do qual, representa o montante líquido a pagar de R\$ 4.250 e R\$ 750 representa o valor do imposto retido na fonte. O saldo líquido de juros sobre o capital próprio foi liquidado em 12 de março de 2018.

**c. Reserva de lucros**

A reserva legal é constituída ao final de cada exercício social mediante a destinação de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, e até que atinja 20% do capital social realizado, conforme Artigo nº 193 da Lei nº 6.404/76.



A reserva de lucros a realizar é constituída por até 100% do lucro líquido remanescente, após as deduções legais, ao final de cada exercício social, tendo por finalidade assegurar investimentos em ativos permanentes e reforço do capital de giro podendo, também, absorver prejuízos.

Essa reserva, em conjunto com a reserva legal, não poderá exceder o valor do capital social. Os acionistas, reunidos em Assembleia Geral, poderão a qualquer tempo, ou quando atingido o limite estabelecido, deliberar sobre sua destinação para aumento do capital social ou distribuição de dividendos.

## 19 Detalhamento das contas de resultado

### a. Variação das provisões técnicas

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Variação da provisão para complementação de sorteios:		
Constituições (Nota 16)	(8.452)	-
Reversões (Nota 16)	2.706	-
Variação da provisão para despesas administrativas:		
Constituições (Nota 16)	-	(263)
Reversões (Nota 16)	3.568	2.984
	<u><b>(2.178)</b></u>	<u><b>2.721</b></u>

### b. Resultado com sorteios

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Variação da provisão para sorteios:		
Constituições (Nota 16)	(12.604)	(31.288)
Reativações (Nota 16)	-	(1)
Cancelamentos (Nota 16)	2.074	12.506
Reversões (Nota 16)	803	1.730
Despesas com títulos sorteados	(51)	(73)
	<u><b>(9.778)</b></u>	<u><b>(17.126)</b></u>

### c. Custos de aquisição

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Corretagem	(38.822)	(37.779)
Despesas de vendas	(9.543)	(9.114)
Publicidade e propaganda	(43.875)	(49.029)
	<u><b>(92.240)</b></u>	<u><b>(95.922)</b></u>

**d. Outras receitas e despesas operacionais**

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Receitas com prescrição de exigibilidades	21.299	18.695
Outras receitas com operação de capitalização	422	391
Perdas na recuperação de créditos	(463)	(378)
Furtos de Tele Senas	(83)	(129)
Outras despesas	(104)	(266)
	<b>21.071</b>	<b>18.313</b>

**e. Despesas administrativas diversas**

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Condenações judiciais	(6)	(2.087)
Encargos de sucumbência	-	(57)
Provisão de contingências judiciais cíveis (Nota 17)	(6)	(132)
Provisão de contingências judiciais trabalhistas (Nota 17)	(268)	(665)
Provisão de contingências judiciais fiscais (Nota 17)	(198)	-
Multas e infrações	(62)	(215)
Despesas não detutíveis	(20)	(311)
Despesas diversas	(17)	(23)
	<b>(577)</b>	<b>(3.490)</b>

**f. Despesas com tributos**

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
COFINS	(5.095)	(4.747)
PIS	(828)	(771)
Outros	(603)	(501)
	<b>(6.526)</b>	<b>(6.019)</b>

**g. Receitas financeiras**

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Títulos de renda fixa:		
Valor justo por meio do resultado	1.878	3.147
Disponíveis para venda	17.875	32.797
Mantidos até o vencimento	-	554
Juros sobre ativos financeiros avaliados ao valor presente (Nota 21-e)	6.758	10.938
Atualização monetária de depósitos judiciais (Nota 17)	353	1.352
Outras	55	163
	<b>26.919</b>	<b>48.951</b>

## h. Despesas financeiras

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Atualização monetária das provisões técnicas de capitalização (Nota 16)	(1.162)	(4.191)
Atualização monetária das provisões para contingências (Nota 17)	(1.068)	(960)
Atualização monetária sobre ativos financeiros avaliados ao valor presente (Nota 21-e)	-	(1.477)
Outras	(146)	(12)
	<u><b>(2.376)</b></u>	<u><b>(6.640)</b></u>

## i. Ganhos ou perdas com ativos não correntes

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Reversão de provisões judiciais cíveis (Nota 17)	30	2.771
Reversão de provisões judiciais trabalhistas (Nota 17)	831	2.888
Reversão de provisões operacionais	406	(74)
Outros ganhos	667	240
	<u><b>1.934</b></u>	<u><b>5.825</b></u>

## 20 Imposto de renda e contribuição social

Os encargos com imposto de renda e contribuição social, em 30 de junho de 2018 e 2017, estão assim demonstrados:

	<u>2018</u>		<u>2017</u>	
	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>
<b>Lucro contábil antes dos impostos e participações</b>	<u><b>16.658</b></u>	<u><b>16.658</b></u>	<u><b>33.652</b></u>	<u><b>33.652</b></u>
<b>Adições</b>	<u><b>2.233</b></u>	<u><b>2.233</b></u>	<u><b>2.893</b></u>	<u><b>2.893</b></u>
Provisão para contingências (Nota 17)	1.503	1.503	1.758	1.758
Multas indedutíveis	59	59	215	215
Outras	671	671	920	920
<b>Exclusões</b>	<u><b>(2.391)</b></u>	<u><b>(2.391)</b></u>	<u><b>(16.598)</b></u>	<u><b>(16.598)</b></u>
Reversão de provisão para contingências (Nota 17)	(824)	(824)	(5.660)	(5.660)
AVP - Ajuste a valor presente	(1.567)	(1.567)	(10.938)	(10.938)
<b>Lucro fiscal antes das compensações</b>	<u><b>16.500</b></u>	<u><b>16.500</b></u>	<u><b>19.947</b></u>	<u><b>19.947</b></u>
<b>Compensação de prejuízos fiscais e base negativa</b>	<u><b>(4.950)</b></u>	<u><b>(4.950)</b></u>	<u><b>(5.984)</b></u>	<u><b>(5.984)</b></u>
<b>Base de cálculo</b>	<u><b>11.550</b></u>	<u><b>11.550</b></u>	<u><b>13.963</b></u>	<u><b>13.963</b></u>
Tributos correntes (IR/CS)	(2.876)	(2.310)	(3.479)	(2.793)
Incentivos fiscais dedução	69	-	84	-
Créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa	(1.237)	(990)	(1.496)	(1.196)
Créditos tributários sobre diferenças temporais	(130)	(117)	(3.874)	(2.601)
Tributos períodos anteriores (IR/CS)	(102)	(57)	-	-
<b>Total de tributos</b>	<u><b>(4.276)</b></u>	<u><b>(3.474)</b></u>	<u><b>(8.765)</b></u>	<u><b>(6.590)</b></u>
<b>Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>25,06%</b>	<b>20,51%</b>	<b>26,05%</b>	<b>19,58%</b>

Conciliação dos impostos às alíquotas oficiais incidentes sobre o resultado contábil:

	2018		2017	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
<b>Resultado antes de impostos e participações</b>	<b>16.658</b>	<b>16.658</b>	<b>33.652</b>	<b>33.652</b>
Alíquotas oficiais	25%	20%	25%	20%
<b>Encargos de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(4.165)</b>	<b>(3.332)</b>	<b>(8.413)</b>	<b>(6.730)</b>
Ajustes dos encargos às alíquotas oficiais:				
Despesas não dedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	40	32	3.426	2.742
Compensação de prejuízos fiscais	1.237	990	1.496	1.196
Ajuste da alíquota adicional do IR	12	-	12	-
Incentivos fiscais	69	-	84	-
Impostos diferidos	(1.367)	(1.107)	(5.370)	(3.798)
Impostos exercícios anteriores	(102)	(57)	-	-
<b>Total dos tributos</b>	<b>(4.276)</b>	<b>(3.474)</b>	<b>(8.765)</b>	<b>(6.590)</b>

Considerando os efeitos temporários trazidos pela Lei nº 13.169/2015, que elevou a alíquota da contribuição social de 15% para 20% de 1º de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018, produziu um efeito favorável de R\$ 2.059 (desfavorável em R\$ 1.772 em 30 de junho de 2017) no resultado, conforme demonstrado abaixo:

	2018	2017
<b>Créditos tributários</b>		
Sobre diferenças temporárias	290	(775)
Sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social	2.347	(299)
<b>Tributos correntes</b>		
Contribuição social	(578)	(698)
	<b>2.059</b>	<b>(1.772)</b>

## 21 Transações com partes relacionadas

	Ativos/(Passivos)		Receitas/(Despesas)	
	2018	2017	2018	2017
TVSBT Canal 4 de São Paulo S.A. (a-i)	(2.074)	(1.950)	(12.693)	(13.116)
Imagem e voz (a-ii)	(5.031)	(6.436)	(23.042)	(24.391)
<b>Custos de aquisição</b>	<b>(7.105)</b>	<b>(8.386)</b>	<b>(35.735)</b>	<b>(37.507)</b>
Serviços compartilhados (b)	(84)	(77)	(551)	(493)
<b>Despesas com serviços de terceiros</b>	<b>(84)</b>	<b>(77)</b>	<b>(551)</b>	<b>(493)</b>
SS Com. de Cosméticos e Prod. Hig. Pessoal Ltda.	166	178	1.003	1.021
BF Utilidades Domésticas Ltda.	2	2	13	13
SISAN Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	-	-	37
<b>Receitas de aluguel (c)</b>	<b>168</b>	<b>180</b>	<b>1.016</b>	<b>1.071</b>
Silvio Santos Participações S.A.	94.166	87.408	6.758	9.461
<b>Outros valores e bens (e)</b>	<b>94.166</b>	<b>87.408</b>	<b>6.758</b>	<b>9.461</b>
Juros sobre o capital próprio a pagar (Nota 14)	-	4.250	-	-
Dividendos a pagar (Nota 14)	2.500	-	-	-
<b>Juros sobre o capital próprio e dividendos</b>	<b>2.500</b>	<b>4.250</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
TVSBT Canal 4 de São Paulo S.A.	(14)	(17)	-	-
Hotel Jequitimar Ltda.	(6)	(6)	-	-
<b>Outras contas a pagar</b>	<b>(20)</b>	<b>(23)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

- a. Custos de aquisição:** As despesas que estão registradas neste grupo são decorrentes de:
- (i) Custos por veiculação publicitária, propaganda e divulgação dos títulos de capitalização que comercializa;
  - (ii) Contrato de cessão de direito de imagem e voz, com o objetivo de promoção de campanhas publicitárias de seus produtos.
- b. Despesas com serviços de terceiros:** refere-se ao rateio de serviços contábeis, financeiros, de suporte administrativo e de processamento de dados estabelecido com o SBT. Os valores decorrentes dessas operações estão classificados na rubrica "Obrigações a pagar", os quais estão pendentes de pagamento e correspondem a parcelas ainda não vencidas, com observância dos prazos usuais.
- c. Receitas de aluguel:** A Empresa mantém contratos de aluguel de imóveis com empresas ligadas e outras partes relacionadas e foram registrados na rubrica "Receita com imóveis de renda", o saldo pendente de recebimento está registrado na rubrica "Títulos e créditos a receber".

- d. Remuneração do pessoal chave da administração:** O pessoal chave da administração inclui conselheiros e diretores e os valores pagos a título de pró-labore montam R\$ 192 (R\$ 197 em 30 de junho de 2017).
- e. Outras informações:** Em 17 de novembro de 2010, a Empresa alienou à Silvio Santos Participações S.A. o total de 60.983.906 ações dos investimentos anteriormente mantidos no Banco Panamericano S.A., pelo montante de R\$ 305.529 (R\$ 5,01 por ação) com vencimento para liquidação em 16 de novembro de 2020 atualizado pela variação do IGPM - Índice Geral de Preços para Mercado.

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, a Administração da Empresa registrou o montante de R\$ 126.569 a título de ajuste a valor presente sobre o montante a receber decorrente da referida venda, conforme Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações assinado em 17 de novembro de 2010. O ajuste a valor presente foi calculado para reconhecer a nova medição do ativo, anteriormente registrado pelo seu valor de face e utilizou-se como taxa de desconto o CDI futuro, tomando-se por base o valor do ativo atualizado projetado pelo IGPM até a data de vencimento.

Em 23 de outubro de 2013 a Silvio Santos Participações S.A. amortizou parte da dívida por meio de dação de imóvel no montante de R\$ 68.030 (Nota 12).

Em 31 de agosto de 2014, a Silvio Santos Participações S.A. amortizou parte da dívida por meio de distribuição de dividendos antecipados do semestre de 2014, no montante de R\$ 119.424. Em 24 de setembro de 2014, amortizou parte da dívida, mediante pagamento em espécie, no montante de R\$ 13.000. Em 30 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2015 amortizou parte da dívida por meio de distribuição de dividendos antecipados dos semestres de 2014 e 2015, no montante de R\$ 52.000 e R\$ 23.200, respectivamente. Ainda em 31 de dezembro de 2015 amortizou parte da dívida por meio de distribuição de juros sobre o capital próprio antecipados do semestre de 2015 no montante líquido de R\$ 6.800. Em 31 de março de 2017 amortizou parte da dívida por meio de distribuição de dividendos de semestres anteriores, no montante de R\$ 20.000.

O saldo remanescente com vencimento para liquidação em 31 de agosto de 2020 está atualizado pela variação do IGPM - Índice Geral de Preços para Mercado, conforme aditivo contratual. Em função destas amortizações a Administração da Empresa, procedeu à revisão do cálculo do Ajuste a Valor Presente utilizando as taxas de CDI e IGPM projetadas a partir das datas de cada amortização. O saldo atualizado e ajustado a valor presente totaliza R\$ 94.166 (R\$ 87.408 em 31 de dezembro de 2017).

Estes registros encontram-se classificados à rubrica “Outros valores e bens” de longo prazo, conforme demonstrado a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Saldo no início do semestre</b>	<b>87.408</b>	<b>94.996</b>
Atualização monetária e AVP (Nota 19-g-h)	6.758	9.461
Distribuição de dividendos	-	(20.000)
<b>Saldo no final do semestre</b>	<b>94.166</b>	<b>84.457</b>

## 22 Plano de aposentadoria complementar

A Empresa é co-patrocinadora do Multiprev - Fundo Múltiplo de Pensão (administrado pela MetLife Administradora de Fundos Multipatrocinados Ltda.), entidade fechada de previdência privada constituída sob a forma de sociedade civil. Os planos concedem a todos os empregados que atenderem às condições de elegibilidade estabelecidas nos regulamentos, benefícios suplementares aos da previdência social. O plano está estruturado na modalidade de “Contribuição definida”, e o regime atuarial adotado é de capitalização financeira. As contribuições da Empresa correspondem a 5% do “salário de participação” definido no Regulamento do Plano e a 100% da contribuição básica efetuada pelos participantes. A Empresa participa também com contribuições especiais, segundo fórmula de cálculo estabelecida no Regulamento, e a seu exclusivo critério, com contribuições extraordinárias. No semestre findo em 30 de junho de 2018, as contribuições pagas ao fundo totalizaram R\$ 371 (R\$ 366 em 30 de junho de 2017).

## 23 Gestão de risco

### a. Filosofia de gestão corporativa

A gestão corporativa do Grupo Silvio Santos pauta-se por iniciativas que refletem solidez e rentabilidade. Neste contexto, cabe mencionar a existência de comitês de gestão que estão em linha com as melhores práticas de mercado, a saber:

- i.* **Conselho de direção** - Compete zelar pelos interesses dos acionistas, decidir sobre os planos estratégicos de investimentos, empreendimentos, orçamentos, objetivos gerais e sociais das empresas e, ainda, aprovar as estratégias de atuação do Grupo Silvio Santos.
- ii.* **Comitê financeiro** - Formula e define as principais estratégias e assuntos financeiros do Grupo Silvio Santos e de suas empresas, propondo e padronizando a consolidação das políticas e práticas relacionadas com controles financeiros.
- iii.* **Comitê de recursos humanos** - Propõe, examina e acompanha todos os planos, políticas, práticas e processos estratégicos e operacionais relativos aos assuntos de Recursos Humanos das empresas do Grupo Silvio Santos. Aponta diretrizes e premissas que orientam os orçamentos das empresas do Grupo Silvio Santos para o desenvolvimento e aprimoramento de todos colaboradores.

**iv. Comitê de tecnologia da informação** - Compete manter as atualizações das políticas de Tecnologia da Informação do Grupo Silvio Santos, de forma a garantir a eficácia operacional dos negócios.

**b. Procedimentos de prevenção**

É de responsabilidade de todos os funcionários e colaboradores tomar conhecimento do Código de Conduta Ética do Grupo Silvio Santos e do Termo de Responsabilidade sobre o uso de recursos Corporativos de Tecnologia da Informação, além de evitar situação que implique ou possa ser interpretada como prejuízo à organização e suas empresas, e, por consequência, a si próprio. O funcionário ou colaborador deve comunicar imediatamente, aos supervisores ou ao Comitê Interno de Ética, quaisquer situações ou transações que estejam ou possam estar relacionadas ao risco de fraude e ilícitos semelhantes.

Além das responsabilidades comuns aos funcionários, todos devem respeitar e praticar, de forma inequívoca, os preceitos de boas práticas, bem como orientar seu grupo de trabalho a manter o mais alto padrão de comportamento ético.

É de responsabilidade ainda dos gestores em cargos de comando, desenvolver um ambiente de trabalho que estimule um diálogo franco, principalmente em relação a conflitos de interesse e posturas éticas. Deverá ainda analisar as situações de conflito de interesse identificadas, situações de suspeitas de fraudes e encaminhá-las para o canal interno de denúncias ou ao departamento de Recursos Humanos.

**c. Lavagem de dinheiro**

A Circular nº 445/12 da SUSEP dispõe sobre os controles internos específicos com o objetivo de prevenir e combater os crimes de lavagem e ocultação de bens, direitos e valores, ou os crimes que com eles possam relacionar-se, o acompanhamento das operações realizadas e as propostas de operações com pessoas politicamente exposta, bem como prevenir e coibir o financiamento ao terrorismo, contidos na Lei nº 9.613/98. A Empresa observa rigorosamente tais preceitos ao definir, como uma de suas políticas básicas, o conhecimento de seus clientes, mantendo atualizadas suas informações cadastrais e determina procedimentos internos que visam coibir: a) a compra ou venda de ativos por preço significativamente inferior ou superior ao de mercado; b) a mudança repentina ou aparentemente injustificada na forma de movimentação de recursos e nos tipos de transações utilizadas; c) operações ou propostas de operações com vínculo direto ou indireto, realizada por pessoa estrangeira que seja residente, domiciliada ou tenha sede em região considerada paraíso fiscal ou em locais onde é observada a prática contumaz de crimes tipificados pela Lei nº 9.613/98.



Operações suspeitas são as que podem configurar indício de ocorrência dos crimes previstos na Lei nº 9.613/98. As comunicações das operações suspeitas de lavagem de dinheiro são realizadas por meio do sítio do COAF - Conselho de Controle de Atividades Financeiras no prazo de 24 horas contadas de sua verificação, de acordo com a Circular SUSEP nº 445/12, sem que seja dada ciência aos envolvidos. As comunicações de boa fé, conforme previsto no § 2º do art. 11, da Lei n.º 9.613, de 3 de março de 1998, não acarretarão responsabilidade civil, penal ou administrativa às sociedades de capitalização, seus controladores, administradores e empregados.

Periodicamente são promovidos treinamentos específicos sobre monitoração, identificação e comunicação de operações que possam caracterizar indício de lavagem de dinheiro, corrupção bem como prevenção a fraudes.

**d. Controles internos**

A avaliação e monitoramento dos controles internos são geridos pela área de Gestão de Risco e *Compliance*, ligada à Diretoria de Tecnologia e Controles Internos. Esta tem por objetivo impulsionar a cultura de controles em busca de ações voltadas para a conformidade. Responde por verificações periódicas junto às várias áreas da Empresa, tendo por resultado empreender ações no sentido de esclarecer e regularizar eventuais não conformidades, observando o atendimento à Circular SUSEP nº 249/04 e suas alterações. Para tanto, é periodicamente elaborado o relatório do sistema de Auto Avaliação dos Controles Internos.

Conforme disposto na Circular SUSEP nº 249/04, o resultado do acompanhamento sistemático dos controles internos é submetido à Diretoria, e seus resultados são formalizados em relatórios específicos e arquivados na área de Gestão de Risco e *Compliance* da Empresa, desta forma a adoção deste mecanismo propicia o aprimoramento da gestão de riscos.

Para sua atuação, segue, normalmente, os seguintes normativos internos e externos: a) as normas legais dos organismos reguladores; b) princípios de segregação de funções; c) princípios éticos e normas de conduta; d) regulamentos, normas e procedimentos internos; e) sistema de informações; f) princípios de prevenção à lavagem de dinheiro e g) processo de prevenção à fraude. Além destes fatores, são administrados os relacionamentos com a fiscalização, os auditores internos e externos e as relações com associações de classe.

A Empresa possui um Plano de Continuidade de Negócios (PCN) onde estão definidas as responsabilidades estabelecidas na organização para atender a eventos inesperados. O plano contém também informações detalhadas de como proceder em caso de acontecimentos inesperados e que possam vir a provocar uma interrupção prolongada nas operações da Empresa e sobre as características das áreas e sistemas envolvidos. É um documento desenvolvido com o intuito de treinar, organizar, orientar, facilitar, agilizar e uniformizar as ações necessárias às respostas de controle e combate às ocorrências anormais. Possui também uma área de contingência física localizada a cerca de 20 km do espaço principal das operações diárias.

**e. Estrutura de Gestão de Riscos**

A Empresa estruturou e implementou uma estrutura de gestão de riscos, que está integrada nas atividades diárias da Empresa e alinhada ao Sistema de Controles Internos. Os riscos são gerenciados em todos os seus níveis, de acordo com a natureza, tamanho e complexidade das nossas atividades.

A diretoria, os gestores de riscos, os gestores das áreas, os auditores internos e, na verdade, qualquer indivíduo dentro de uma organização pode contribuir para a gestão mais eficaz dos riscos corporativos. As áreas responsáveis pela gestão de riscos são compartilhadas com a diretoria, totalmente segregadas das áreas comerciais e independentes da auditoria interna.

O responsável pela gestão de riscos trabalha com outros gerentes para estabelecer um processo de gestão de riscos eficaz em suas áreas de responsabilidade. O profissional responsável por riscos tem a incumbência de monitorar o progresso e ajudar os demais gerentes a comunicar as informações relevantes sobre riscos a seus superiores, subordinados e pares na organização.

No modelo de Três Linhas de Defesa, implantado na Empresa, onde o controle da gerência é a primeira linha de defesa no gerenciamento de riscos, as diversas funções de controle de riscos e supervisão de conformidade estabelecida pela gerência são a segunda linha de defesa e a avaliação independente é a terceira. Cada uma dessas três linhas desempenha um papel distinto dentro da estrutura mais ampla de governança da organização.

As informações apresentadas aumentam o nível de transparência de informações e ao mesmo tempo atendem os requerimentos da SUSEP, no que diz respeito a Circular 517/15 e suas atualizações posteriores.

**f. Riscos técnicos e atuariais**

A estrutura de gestão técnica e atuarial dos produtos é realizada pela própria Empresa, sendo o atuário técnico um prestador de serviço contratado. A Auditoria Atuarial é realizada por uma empresa contratada para este fim. De acordo com a Resolução CNSP nº 321/15 e suas alterações, o parecer atuarial informa que as provisões técnicas estão adequadamente constituídas.

**g. Riscos financeiros**

A política operacional de gerenciamento financeiro é definida pelo Comitê Financeiro. A Empresa utiliza-se da ferramenta específica e de serviços de consultoria econômica para avaliação de cenários.

A administração dos recursos financeiros, oriundos dos investidores em títulos de capitalização, é exposta a diversos riscos cujas ações internas procuramos eliminar ou minimizar, dentro de posturas conservadoras, preservando a segurança e liquidez dos ativos, com baixa exposição a estes riscos.

As aplicações financeiras são alocadas de modo a atender os requisitos acima, e enquadrados dentro das normas exigidas pelos órgãos competentes.

A opção de uma custódia centralizada, aliada a processos internos de acompanhamento, garantem a mitigação do risco de desenquadramento das posições aplicadas. Estas ações garantem que as restrições das normas reguladoras do setor de capitalização sejam seguidas e monitoradas diariamente, pelo agente custodiante e por processos internos de gestão.

**h. Riscos operacionais**

A Empresa constituiu e implementou um Banco de Dados de Perdas Operacionais (BDPO), que compreende o desenvolvimento de controles de identificação, captura e classificação das perdas operacionais materiais, dos eventos de recuperação e das atualizações a elas associadas, de acordo com a Circular SUSEP nº 517/15 e suas alterações, para fins de aprimoramento do modelo regulatório de capital de risco baseado no risco operacional.

**i. Risco de crédito**

A Empresa dispõe sobre critérios de estabelecimento do capital de risco baseado no risco de crédito, de acordo com a Resolução CNSP nº 321/15 e suas alterações, onde o risco de crédito pode ocorrer na eventualidade de insolvência dos emissores de ativos financeiros e do não recebimento de valores decorrentes de emissão dos títulos de capitalização.

A possibilidade de perda devido à inadimplência do tomador dos recursos é minimizada evitando concentração de valores numa única instituição, bem como seguindo análises de riscos corporativos e agências de *rating*. Entendendo que os títulos emitidos pelo Governo Federal são considerados como risco soberano e com classificação de baixo risco de crédito, há grande concentração no portfólio da carteira, sempre considerando como parâmetro interno de mínimo 50% (cinquenta por cento) do total aplicado.

**j. Risco de mercado**

No âmbito da gestão de risco de mercado, a Empresa adota modelo interno baseado no VAR - *Value at Risk*, amplamente aceito e difundido pelo mercado. Embora aplicado a carteiras complexas, pois leva em consideração os efeitos de alavancagem e diversificação, o que não é o caso da carteira da Empresa, entendemos ser o melhor instrumento para apuração de possíveis perdas pelas oscilações dos preços dos ativos, além de ser comparável com performances de fundos abertos do mercado financeiro.

A Empresa adota dois intervalos de confiança na mensuração do VAR, um de 99% de intervalo para atender exigência do órgão regulador, e um de 95% de intervalo, o mais utilizado pelos gestores do mercado financeiro. A escolha do nível de confiança é questão de convenção, já que os intervalos VAR resultantes são de qualquer forma comparáveis entre si, considerando o número de dias de perda provável.

A Empresa atua exclusivamente no segmento de renda fixa. Não atua diretamente no segmento de renda variável, moedas e índices de preços, por entender que a volatilidade destes mercados, possa afetar a liquidez e a previsibilidade dos ganhos financeiros, além de não ser referência de correção das provisões matemáticas. Esse conceito leva em conta a configuração do nosso principal produto, a Tele Sena, que tem como principal característica a capitalização por um ano, e correção pós-fixada pela TR e juros anuais.

Atuação no mercado de derivativos constantes na posição, conforme demonstrado na Nota Explicativa 5 - Aplicações Financeiras, são definidos pelos gestores dos fundos exclusivos de investimento, com o objetivo de buscar rentabilidade adicional ao CDI, mantendo a diretriz principal estabelecida pela Empresa, mantendo a melhor relação possível de retorno *versus* risco.

Considerando ainda que o *benchmark* da Empresa é o CDI - Certificado de Depósito Interbancário, e que toda a exposição do *portfólio*, seja direta ou indiretamente atrelada a este índice, que mesmo em cenários de stress, a carteira tenha um desempenho muito perto dos 100% esperado deste índice.

Como o CDI é resultado da Taxa Básica de Juros definida pelo Banco Central do Brasil como referência para títulos públicos, é esperado na carteira de investimentos comportamento similar de rentabilidade quando de movimentos de alta ou baixa da taxa, fruto da política monetária do País.

Período	2018				2017			
	Carteira	CDI	% CDI	VAR Diário(*)	Carteira	CDI	% CDI	VAR Diário(*)
janeiro	0,5527%	0,5568%	99,26%	0,0038%	1,0643%	1,0846%	98,13%	0,0023%
fevereiro	0,4644%	0,4659%	99,68%	0,0035%	0,8535%	0,8638%	98,80%	0,0026%
março	0,5792%	0,5572%	103,95%	0,0086%	1,0351%	1,0504%	98,54%	0,0038%
abril	0,4664%	0,4928%	94,63%	0,0065%	0,7773%	0,7853%	98,98%	0,0045%
maio	0,4650%	0,5422%	85,75%	0,0124%	0,9114%	0,9256%	98,47%	0,0063%
junho	0,4858%	0,5175%	93,88%	0,0126%	0,8487%	0,8081%	105,03%	0,0066%

(\*) VAR intervalo de confiança de 95% na média móvel de 126 dias úteis.

O mapeamento do risco pela VAR é realizado em 4 janelas móveis de 21, 63, 126 e 252 dias úteis (du), medindo eventual superação do limite do VAR (*back test*), além de simular uma ruptura da carteira, baseada em rentabilidade do “pior” retorno dos períodos analisados.

Mapeamento de risco Janelas	2018				2017			
	Mensal (21 du)	Trimestral (63 du)	Semestral (126 du)	Anual (252 du)	Mensal (21 du)	Trimestral (63 du)	Semestral (126 du)	Anual (252 du)
VAR 95% de confiança	0,0126%	0,0122%	0,0095%	0,0111%	0,0049%	0,0064%	0,0066%	0,0073%
Stress histórico do período	0,0597%	0,0597%	0,0715%	0,0721%	0,0099%	0,0064%	0,0066%	0,0073%
Fechamento pela VAR	95,07%	95,11%	95,14%	95,13%	95,14%	94,64%	94,54%	94,34%
Fechamento stress histórico	94,63%	94,67%	94,57%	94,57%	94,54%	94,63%	94,54%	94,41%
Fechamento pela mínima	90,42%	90,46%	90,47%	90,47%	95,06%	92,85%	92,77%	92,73%
VAR em R\$	85.640	82.655	64.335	74.953	32.927	43.096	44.227	49.510
Máxima do período	93,16%	101,24%	100,05%	98,54%	118,71%	118,71%	118,71%	118,71%
Mediana	85,73%	98,36%	97,61%	99,69%	104,46%	98,85%	98,56%	98,56%
Média	86,47%	96,81%	98,10%	99,46%	104,73%	100,75%	99,60%	98,79%

Os valores apurados como perda estimada são imateriais considerando o valor da carteira. Em rentabilidade, no pior cenário, a carteira pode rodar entre 90,47% a 95,07% (92,73% a 95,14% em 30 de junho de 2017) do CDI que consideramos um patamar mais adequado visto que a proposta é estar próximo dos 100% do índice.

Em paralelo, mas com o mesmo conceito de apuração do risco da carteira, a Empresa mantém contrato de prestação de serviços com empresa especializada em avaliação de risco da carteira, com os mesmos conceitos internos de apuração, agregando ainda a performance da Empresa comparando com o mercado, além de informações relevantes na avaliação de crédito do *portfolio*.

A Empresa implementou ações necessárias para apuração do capital de risco baseado no risco de mercado, de acordo com a Resolução CNSP nº 321/15 e suas alterações, sendo desenvolvido um manual metodológico que descreve os detalhes e as técnicas, premissas, procedimentos e critérios de materialidade adotados para estimação dos fluxos de caixas utilizados como base para o cálculo do capital de risco baseado no risco de mercado.

A Empresa apurou o montante de R\$ 1.988 (R\$ 1.418 em 31 de dezembro de 2017) de capital de risco de mercado, de acordo com a Resolução CNSP nº 321/15 e suas alterações.

#### **k. Risco de liquidez**

A opção de não manter nenhum título público até o vencimento, e títulos privados, preferencialmente, em até 90 (noventa dias), são as principais medidas para o gerenciamento da liquidez, muito acima da exigibilidade do prazo médio de pagamento das provisões técnicas.

É compromisso da Empresa, seja qual for o cenário macroeconômico vigente, que o investidor do título tenha o seu resgate garantido, dentro dos prazos e correções estabelecidas nos títulos.

	2018				2017			
	Liquidez	Vencimento	%		Liquidez	Vencimento	%	
	"Duration"	"Duration"	Critério	% Critério	"Duration"	"Duration"	Critério	% Critério
Vencimentos	0 dias	364 dias	liquidez	vencimento	0 dias	614 dias	liquidez	vencimento
Sem vencimento	677.641	-	100,00%	0,00%	677.539	414.497	100,00%	61,18%
De 1 a 30 dias	-	451.629	0,00%	66,64%	-	-	0,00%	0,00%
De 91 a 180 dias	-	(144)	0,00%	-0,02%	-	-	0,00%	0,00%
De 181 a 365 dias	-	-	0,00%	0,00%	-	5.480	0,00%	0,81%
De 366 a 720 dias	-	1.331	0,00%	0,20%	-	-	0,00%	0,00%
Acima de 720 dias	-	224.825	0,00%	33,18%	-	257.562	0,00%	38,01%
<b>Total</b>	<b>677.641</b>	<b>677.641</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>677.539</b>	<b>677.539</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

O *duration* da carteira no critério de liquidez é de 0 dias (0,21 ponderado), com 100% dos recursos disponíveis em até 30 dias, refletindo o conservadorismo da Empresa visto que seu principal produto tem características de alta liquidez e com provisão matemática com *duration* de 75 dias (74 dias em 31 de dezembro de 2017).

Liquidez da carteira	2018				2017			
	Carteira	Provisão matemática	% V carteira	% V reserva	Carteira	Provisão matemática	% V carteira	% V reserva
Sem vencimento	677.641	366.590	100,00%	59,79%	677.539	370.864	100,00%	58,97%
De 1 a 30 dias	-	23.167	0,00%	3,78%	-	21.203	0,00%	3,37%
De 31 a 60 dias	-	22.345	0,00%	3,64%	-	20.017	0,00%	3,18%
De 61 a 90 dias	-	20.553	0,00%	3,35%	-	21.452	0,00%	3,41%
De 91 a 180 dias	-	66.977	0,00%	10,92%	-	72.281	0,00%	11,49%
De 181 a 365 dias	-	113.567	0,00%	18,52%	-	123.159	0,00%	19,58%
<b>Total</b>	<b>677.641</b>	<b>613.199</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>677.539</b>	<b>628.976</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

A liquidez da carteira de investimentos proporciona, com excelente margem de segurança, o pagamento integral da provisão matemática, dentro de prazos e condições estabelecidas nos títulos e seguindo a legislação em vigor.

A Empresa mantém seu conservadorismo na exposição ao risco de crédito, mantendo a carteira exclusivamente em títulos públicos federais.

A Administração classificou os títulos públicos na categoria de *rating* AAA uma vez que as melhores práticas das agências classificadoras de risco consideram risco soberano como grau de investimento em moeda local.

Ativo financeiro	2018		2017	
	Valor	Rating	Valor	Rating
Renda fixa público	677.641	AAA	677.539	AAA
<b>Total</b>	<b>677.641</b>		<b>677.539</b>	

A tabela a seguir apresenta todos os ativos e passivos financeiros detidos pela Empresa classificados segundo o fluxo contratual de caixa não descontado.

	Sem vencimento definido	Vencidos		A vencer		2018	2017
		Até 1 ano	Acima de 1 ano	Até 1 ano	Acima de 1 ano		
<b>Ativos financeiros</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	376	-	-	-	-	376	1.667
Aplicações	63.178	-	-	387.040	227.423	677.641	677.539
Créditos das operações de capitalização	1.534	1.128	-	28.223	-	30.885	43.897
Títulos e créditos a receber	-	-	-	4.414	-	4.414	9.368
Depósitos judiciais e fiscais	20.881	-	-	-	-	20.881	20.467
Outros créditos	-	-	-	1.576	-	1.576	834
Despesas antecipadas	-	-	-	4.240	-	4.240	2.752
Outros valores e bens	-	-	-	-	94.171	94.171	87.408
<b>Total dos ativos financeiros</b>	<b>85.969</b>	<b>1.128</b>	<b>-</b>	<b>425.493</b>	<b>321.594</b>	<b>834.184</b>	<b>843.932</b>
<b>Passivos financeiros</b>							
Contas a pagar							
Obrigações a pagar	-	-	-	13.698	-	13.698	15.714
Encargos trabalhistas	-	-	-	3.241	-	3.241	2.556
Outras contas a pagar	-	-	6	116	-	122	139
Débitos com operações de capitalização	-	-	-	4.455	-	4.455	3.785
Depósitos de terceiros	3	-	-	-	-	3	2
Provisões técnicas	20.134	123.859	237.973	231.233	-	613.199	628.976
Provisões judiciais	11.730	-	-	-	-	11.730	11.051
Débitos diversos	-	-	-	670	-	670	1.830
<b>Total dos passivos financeiros</b>	<b>31.867</b>	<b>123.859</b>	<b>237.979</b>	<b>253.413</b>	<b>-</b>	<b>647.118</b>	<b>664.053</b>

## I. Risco legal

O monitoramento do risco legal é de responsabilidade do departamento jurídico em conjunto com assessores externos, o risco legal decorre do potencial questionamento jurídico da execução dos contratos, processos judiciais ou sentenças contrárias ou adversas àquelas esperadas pela Empresa e que possam causar perdas ou perturbações significativas que afetem negativamente os processos operacionais e/ou a organização da Empresa.

## m. Patrimônio líquido ajustado e exigência de capital

Nos termos da Resolução CNSP nº 321/15 e suas alterações, as sociedades supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR) e liquidez em relação ao capital de risco (CR). O CMR é equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco. A Empresa apurou o montante de R\$ 1.988 (R\$ 1.418 em 31 de dezembro de 2017) de capital de risco de mercado, sendo que a alocação deste montante foi realizada 50% a partir de 31 de dezembro de 2016 até 30 de dezembro de 2017 e 100% a partir de 31 de dezembro de 2017, conforme descrito na Nota explicativa nº 23-j.

	<u>2018</u>		<u>2017</u>	
<b>Ajustes contábeis</b>				
Patrimônio líquido	308.903		303.933	
Participação em sociedades financeiras e não financeiras - nacionais	(3.033)		(3.033)	
Despesas antecipadas	(4.240)		(2.752)	
Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de IR e bases negativas de CSLL	(36.720)		(38.947)	
Ativos intangíveis	(870)		(946)	
Créditos oriundos da alienação de ativos	<u>(94.166)</u>		<u>(87.408)</u>	
<b>Patrimônio líquido ajustado</b>	<b>169.874</b>		<b>170.847</b>	
<b>Ajustes associados à variação dos valores econômicos</b>				
Superávit entre as provisões exatas constituídas e o fluxo realista das sociedades de capitalização	<u>759</u>		<u>484</u>	
<b>Patrimônio líquido ajustado - total</b>	<b>170.633</b>		<b>171.331</b>	
<b>I - Capital base</b>	<b>10.800</b>		<b>10.800</b>	
<b>II - Capital de risco</b>	<b>12.784</b>		<b>16.028</b>	
Capital de risco de crédito	4.407		7.557	
Capital de risco de subscrição	6.031		6.279	
Capital de risco operacional	2.950		3.546	
Capital de risco de mercado	1.988		1.418	
Efeito em função da correlação entre os capitais de risco	<u>(2.592)</u>		<u>(2.772)</u>	
<b>Capital mínimo requerido - CMR (Maior entre I e II)</b>	<b>12.784</b>		<b>16.028</b>	
<b>Suficiência de capital</b>	<b>157.849</b>		<b>155.303</b>	
<b>Índice de liquidez em relação ao CR</b>				
Índice de liquidez requerido	20%	2.557	20%	3.206
Índice de liquidez apurado - Excesso de cobertura (Nota 5)	436%	55.769	249%	39.935

## 24 Eventos subsequentes

Conforme Nota explicativa nº 18-b - Dividendos e remuneração sobre o capital próprio, na data base 30 de junho de 2018 havia saldo de dividendos do exercício anterior a pagar no montante de R\$ 2.500, os quais foram pagos na data de 5 de julho de 2018.

## 25 Normas emitidas e ainda não adotadas

Os seguintes pronunciamentos entrarão em vigor após 1º de janeiro de 2018 e, quando referendados pela SUSEP. Dentre estes, destacamos os que podem ser relevantes para a Companhia:

IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos financeiros, que introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. Os possíveis impactos da adoção deste pronunciamento ainda estão sendo avaliados.

IFRS 16 - Arrendamentos, requer que as Companhias tragam a maioria dos seus arrendamentos para o balanço patrimonial, reconhecendo novos ativos e passivos. A nova norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019. Os possíveis impactos da adoção deste pronunciamento ainda estão sendo avaliados.



\* \* \*

## **Diretoria**

Henrique Abravanel  
Lourivaldo Tadeu de Souza Lima  
Eduardo Kives Ostronoff

**Agnaldo de Leonardo**  
CRC SP-136994/O-0

**Heitor Coelho Borges Rigueira**  
Atuário - Reg. MTb nº 380 - MIBA